

Desigualdade, mas de qual falamos?

Claudio Salvadori Dedecca

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 168, out. 2009.**

ISSN 0103-9466

Desigualdade, mas de qual falamos? ¹

Claudio Salvadori Dedecca ²

Este ensaio foi motivado pela divulgação recente de alguns documentos das instituições multilaterais de desenvolvimento, que identificaram que o crescimento deste início de Século vem carregando consigo tendência de aumento da desigualdade socioeconômica. Isto é, que as novas condições dinâmicas da economia vêm produzindo uma distribuição desigual de seus resultados e que, portanto, faz necessário pensar políticas que levem a uma correção desta rota. Todos os documentos foram produzidos no período de exuberância recente do capitalismo, ou melhor, quando poucos discutiam os riscos do modelo de crescimento e muitos o apontavam como virtuoso. Nenhum dos documentos tratou diretamente do modelo de crescimento econômico, problematizando somente um de seus resultados negativos, o aumento da desigualdade socioeconômica. Merece destaque três desses documentos:

- The Inequality Predicament, relatório sobre a situação social no mundo realizado pelas Nações Unidas (UN, 2005);
- Equality at work: Tackling the challenges, relatório encaminhado pelo Diretor da OIT à 96ª Conferência Internacional do Trabalho (ILO, 2007);
- Growing Unequal? – Income distribution and poverty in OECD countries, documento produzido pela OCDE (OECD, 2008).

Todos eles reconhecem explicitamente o crescimento da desigualdade tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Ademais, indicam a necessidade de políticas públicas que permitam reverter este movimento, reconhecendo, portanto, que a redução da desigualdade não seria ou não será um resultado natural do crescimento econômico.

(1) Este ensaio é parte de um estudo mais amplo sobre desigualdade no Brasil, estruturado em cinco documentos com os enfoques seguintes: (1) desenvolvimento capitalista e a inevitável recorrência da desigualdade; (2) desigualdade, mas de qual falamos?; (3) desenvolvimento, instituições e desigualdade, possibilidades metodológicas de mensuração; (4) a multidimensão da desigualdade nos países da OCDE; e uma visão multidimensional da desigualdade brasileira. A realização do projeto tem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Brasil. O autor agradece o apoio e a amizade dos Professores Pierre Salama (Centre d'Économie da Université Paris Nord) e Jacques Freyssinet (Centre d'Études d'Emploi) e de suas instituições, que viabilizaram as melhores condições para o desenvolvimento do estudo na França em 2009.

(2) Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Como afirma o documento das Nações Unidas logo em sua apresentação,

...ignoring inequality in the pursuit of development is perilous. Focusing exclusively on economic growth and income generation as a development strategy is ineffective, as it leads to the accumulation of wealth by a few and deepens the poverty of many; such an approach does not acknowledge the intergenerational transmission of poverty. A broader approach to poverty reduction includes social, economic and political dimensions, integrating improvements in health, education, economic development, and representation in legislative and judicial processes. It is the implementation of policies in these areas that contributes to the development of human capital, enabling the poor to realize their full productive potential. Addressing all aspects of poverty increases the odds that future generations will reap the benefits of today's policies rather than remaining trapped in a cycle of poverty.

Inequalities in income distribution and in access to productive resources, basic social services, opportunities, markets, and information can cause and exacerbate poverty. As emphasized in the recommendations of the World Summit for Social Development, it is crucial that policies and programmes for poverty reduction include socio-economic strategies to reduce inequality (UN, 2005, p. 1).

É inegável que a eclosão da crise internacional no segundo semestre de 2008 exige que sejam reavaliados, ao menos, parte dos argumentos encontrados nestes documentos. É amplamente reconhecida a larga amplitude da crise atual, que exige das políticas públicas um esforço para além de uma correção de rota da trajetória de crescimento. Esta crise, como aquela de 1930, exigirá uma nova regulação econômica e social, que deverá afetar significativamente o aparato institucional que hoje organiza o capitalismo tanto no espaço internacional como no nacional.

Apesar do expressivo esforço político que tal tarefa demandará para o restabelecimento do crescimento em uma perspectiva de desenvolvimento associado à redução da desigualdade socioeconômica, é inegável que os desafios propostos pelos documentos continuam tendo ampla pertinência para a política pública. O enfrentamento destes desafios se faz ainda mais urgente em um contexto de crise, que tende ampliar a situação presente de desigualdade e cuja superação exige a construção de uma nova regulação econômica e social. E, portanto, ganha centralidade e abrangência o debate sobre as políticas e ações orientadas para a redução da desigualdade, sendo que, ao contrário da perspectiva encontrada nos documentos, elas não deverão corrigir resultados negativos do crescimento, mas, provavelmente, serem instrumentos para o seu restabelecimento com maior justiça social.

Os desafios colocados pela crise dão ainda maior realce à preocupação presente nos documentos sobre a impossibilidade do crescimento *per se* resolver diretamente os problemas de distribuição do excedente produtivo. Tais problemas encontram-se originalmente associados ao aumento da produtividade e a mudanças recorrente nos coeficientes técnicos de produção que afetam, em conjunto, a parcela

apropriada do excedente pelos diversos atores da sociedade ao longo do tempo, gerando mudanças na distribuição de renda que ampliam a desigualdade, processo não passível de ser revertido autonomamente pelos contratos que os atores envolvidos estabelecem e administram e que dão estabilidade e continuidade ao processo produtivo. Todos os documentos reconhecem a necessidade de adoção de políticas e ações, isto é, de uma convergência de interesses que viabilize a adoção de instituições heterônomas que regulem as diversas modalidades de contratos e que, como resultado, estabeleça uma distribuição do excedente menos desigual.

Este eixo comum aos documentos, valorizado pela crise atual, permite explicitar uma pergunta chave encontrada ao menos em dois deles e que conduzirá o desenvolvimento deste ensaio. Todos afirmam ser necessário reverter a distribuição desigual do excedente, bem como tal processo depende de políticas e ações públicas. Finalmente, os documentos das Nações Unidas e da OCDE colocam a seguinte pergunta: sobre qual excedente devem atuar estas políticas, de modo a viabilizar que sua distribuição seja mais justa socialmente? Mais especificamente, é possível construir políticas e ações orientadas para a redução da desigualdade centradas na distribuição de renda monetária e, mais especificamente, daquela auferida no mercado?

Como coloca o documento da OCDE em sua conclusão.

Can we assess economic inequalities just by looking at cash income? The short answer to this question is “no”. There are three reasons why cash income is a limited measure of the economic resources of households. First, people can have quite high living standards even if they have low incomes – because they have built up their savings, because government services such as health and education may be provided free of charge, or because they can produce much of what they need through home production. Second, income is only an indirect measure of people’s consumption opportunities, and better proxies – such as household wealth and actual consumption – are sometimes available. Third, the calendar year underlying the concept of annual income is an accounting concept with no intrinsic economic significance, and the situation that prevails at a point in time may be a poor guide to people’s conditions over their life-course. Cash income is easily measured, and this helps cross-country comparisons, but any serious attempt to assess developments in economic inequality has to consider whether these other factors validate or invalidate conclusions based on static income measures alone (OECD, 2008, p. 294).

Como será discutido neste ensaio, os documentos mencionados encontram-se fortemente influenciados por todo um esforço desenvolvido entre estas e outras instituições internacionais e nacionais em conjunto com os pesquisadores acadêmicos, orientado para a construção de um conhecimento que tenha a capacidade de analisar a desigualdade em uma perspectiva multidimensional, onde a renda auferida no mercado constitui-se em uma destas dimensões. É nessa perspectiva que se desenvolvem os argumentos do documento da OIT, que foca o aumento da desigualdade proveniente do

mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a reconhece como uma das dimensões do problema do crescimento recente. Em uma perspectiva mais ampla, trafega o documento da OCDE que procura analisar a desigualdade a partir da renda disponível, equivalente a renda de mercado menos impostos e mais transferências públicas monetárias e não monetárias, e da apropriação de ativos financeiros e não financeiros. Com um enfoque ainda mais amplo, aparece o documento das Nações Unidas que analisa a desigualdade incorporando dimensões não associadas à renda ou à posse de riqueza.

Apesar da emergência do enfoque multidimensional da desigualdade observada a partir destes e de outros documentos produzidos ao longo desta década, os quais serão objeto de análise neste ensaio, tal perspectiva encontrava-se presente, de forma relativamente densa, já no final dos anos 60 e início dos 70, nas discussões travadas na Conference on Research in Income and Wealth (CEIW), evento anualmente organizado pelo National Bureau of Economic Research (NBER) dos Estados Unidos desde 1936. Naquele período, a conferência fez um amplo esforço de discussão da situação de bem-estar social para além da renda de mercado, tendo o evento de 1971 consolidando um conjunto importante de ensaios que buscaram analisar a renda em uma perspectiva que pudesse superar a sua forma monetária e o marco proposto por Hicks, que será analisado mais a frente. Estes ensaios encontram-se compilados na obra organizada por Milton Moss, *The Measurement of Economic and Social Performance* (Moss, 1973).

Este ensaio tem o objetivo de organizar os avanços e as dificuldades de natureza metodológica e analítica presentes no debate sobre desigualdade e apontar algumas pistas para a construção de uma visão multidimensional de um aspecto recorrente e inerente ao desenvolvimento capitalista. Seu ponto de partida será a visão de Hicks sobre a renda, que foi problematizada nos anos 60 e 70, mas que acabou ganhando dominância ao longo das últimas décadas, e que só recentemente voltou a ser debatida.

As razões desta preocupação se voltam para a discussão sobre a distribuição de renda no Brasil. Nos últimos anos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios tem mostrado uma queda da desigualdade. É preciso reconhecer a importância deste processo em um país marcado por fases recorrentes de crescimento com aumento da desigualdade. Pela primeira vez tal movimento não ocorreu. É fundamental apontar este fato, bem como é decisivo que se reconheça os limites que ele *per se* apresenta. Em grande medida, a análise sobre a queda da desigualdade que nós pesquisadores realizamos explora uma de suas dimensões, sendo que pouco ou nada conhecemos sobre o comportamento recente de outras de suas dimensões.

O ensaio procura contribuir para um debate que amplie o enfoque da análise sobre a desigualdade para além da distribuição de renda oriunda do mercado, isto é, do trabalho, da previdência social e da transferência pública de renda. Ele fará um recorrido da literatura internacional de modo a indicar os limites do enfoque prevalente na análise da situação brasileira, bem como ele procurará ordenar algumas sugestões metodológicas a serem exploradas com o objetivo de estruturar uma visão mais ampla da desigualdade, como aparece nos documentos internacionais mencionados e que, certamente, trará uma contribuição mais substantiva para a construção da política pública.

A necessidade de superação do conceito de renda baseado na visão de Hicks

Em ensaios produzidos nas décadas de 1930 e 1940, John Hicks (1939, 1940 e 1948) procurou sistematizar uma determinada visão de renda que teve ampla aceitação pelos economistas, bem como forte influência na definição metodológica para mensuração do produto, isto é, para a consolidação dos Sistemas de Contas Nacionais.³ Focada na sua dimensão monetária (*money income*), o autor considerava importante incorporar ao conceito de renda individual as transferências monetárias feitas pelo governo, exclusive impostos, e a renda monetária excedente à manutenção do valor real do patrimônio individual. Estabelecia-se o conceito de renda disponível.

Do ponto de vista conceitual, o autor ampliava a noção de renda monetária para além daquela oriunda da atividade produtiva ou do trabalho (*market income*). Sua construção convergia para a noção de renda disponível (*disposable income*). Em um ensaio crítico, Roberto Eisner (1989) sintetiza que o *concept of income* [de Hicks] *is that which we can consume while keeping our real wealth intact*. Em seguida o autor apresenta afirmação: *but this is a far cry from the usual measures of individual incomes, corporates profits or the aggregates of personal and national income* (Eisner, 1989, p. 2). Esta afirmação é respondida pelo próprio autor com alguns exemplos da impossibilidade de se chegar ao resultado proposto por Hicks, em razão das mudanças no custo da depreciação decorrente do capital se tornar mais intensivo, da dificuldade de se estimar o ganho real devido a mudanças na taxa de inflação, da complexidade do impacto sobre a produtividade provocada, e por consequência nos preços, pela entrada da mulher no mercado de trabalho, cuja ocupação tem rendimento superior ao observado nas atividades domésticas, dentre outras situações que impedem de se

(3) Os trabalhos de Hicks desdobram as contribuições anteriormente realizadas por Haig (1921) e Simons (1938), razão que tanto a literatura econômica como as agências governamentais denominam o conceito de renda formulado pelos autores como Haig-Simons-Hicks (HSH). Apesar da origem da contribuição estar nos esforços dos três autores, foram os ensaios de Hicks que acabaram se tornando a referência para todo o debate posterior sobre renda. Dentre os trabalhos do autor, os publicados em 1939 e em 1948 são aqueles que tiveram maior influência na discussão econômica (Hicks, 1939, cap. 14; Hicks, 1948).

calcular a renda esperada com o objetivo de decidir a função de gasto. De tal modo que, ao final do período, o valor real do patrimônio venha estar imutável.

Os questionamentos feitos por Eisner revelam uma fragilidade teórica da construção de Hicks, decorrente do fato do autor ter sido obrigado a adotar a hipótese de determinação instantânea da renda esperada e da renda auferida. Isto é, Hicks supôs que todos os indivíduos estimam sua renda futura e acertam no gasto, de tal modo que ao final do período a despesa corresponda à renda corrente monetária mais o ganho excedente da variação real do patrimônio. Isto é, os indivíduos seriam suficientemente racionais e detentores de informação para estimarem e acertarem exatamente sua renda de mercado, a taxa de inflação, a depreciação, dentre outros fatores, ao longo de um período determinado de tempo, e para determinarem seu gasto sem que o valor da riqueza real seja alterado.

Zacharias (2002, p. 2) explora mais detalhadamente esta dificuldade, afirmando que para Hicks, *the motivation for the definition of income is purely subjective, in the sense that such a definition must facilitate "prudent conduct" for the individual. The central meaning of income is also subjective for him in the sense that it is formulated in terms of the individual's expectations. In fact, Hicks considered only subjective definitions of income as theoretically meaningful because only they are relevant for individual decisions.*

Isto é, a visão de Hicks sobre a renda é despossuída de qualquer noção de incerteza. As dificuldades encontradas na visão do autor são ainda maiores, como mostra Kuznets ao discutir a medição da renda social, isto é, daquela oriunda dos serviços que afeta a situação de bem-estar dos indivíduos. Dentre as diversas questões levantadas por Kuznets (1948a, 1948b), merece destaque aquela que discute a dificuldade em conhecer a priori o resultado da receita pública em razão de possíveis mudanças na composição dos impostos em decorrência da possibilidade de substituição de produtos por parte dos indivíduos, bem como a sua devida identidade (equilíbrio) com o resultado das diversas categorias de gasto público e seu impacto sobre a renda disponível dos indivíduos e famílias (Musgrave, 1985).

Ademais, como escreveu o autor, *Professor Hicks does not discuss the welfare implications of social income beyond formulating the criteria by which increase or decline in welfare can be established* (Kuznets, 1948, p. 5). Isto é, era apontada a necessidade de considerar as alterações de renda dos indivíduos e das famílias provocadas pela incidência do sistema tributário, negativa e não uniforme segundo classes de renda, assim como pelas transferências públicas, positiva e também não uniforme.

Apesar de todas as restrições que a proposição de Hicks carregava, foi aquela que acabou prevalecendo tanto teórica como empiricamente nas discussões sobre renda

e nas definições metodológicas para sua mensuração. A proposição do autor, enquanto resultado que não altera o valor do patrimônio, acabou preponderando, sendo que, em face das dificuldades de mensuração ou conhecimento deste valor, os procedimentos adotados acabaram ficando restritos às formas diretas de renda monetária, via o mercado de trabalho ou a receita das vendas de bens ou serviços, ou indireta, através das transferências feitas pelo governo.

É inegável a simplificação do conceito de renda, que, em grande medida, encontrou no período de crescimento do após guerra nos países centrais alguns elementos que minimizaram as limitações que ele apresentava. O contexto de pleno emprego, assentado na preponderância do assalariamento e de uma regulação pública social e econômica extensa nos países avançados, deu razoável representatividade ao conceito de renda derivada do trabalho e das transferências públicas monetárias. A forte redução das diferenças entre níveis de renda do trabalho, decorrente da intervenção da negociação coletiva e da regulação pública sobre a repartição primária do excedente, e o conhecimento das transferências públicas tornavam extremamente fácil e útil a noção de renda disponível corrente auferida pelos indivíduos e famílias. Os salários, o pro labore e mesmo a renda do trabalho autônomo apresentavam razoável recorrência, ao mesmo tempo em que os lucros eram distribuídos uma ou duas vezes por ano e eles não se confundiam com a remuneração do trabalho ou de gestão cotidiana do capital.

O crescimento do após guerra plasmou um período particular de redução da desigualdade nas economias capitalistas desenvolvidas, fundada em uma sociedade salarial expressa na dominância das rendas do trabalho acrescida da transferência pública de renda monetária, em geral relacionada à inserção no mercado de trabalho. Alterando o argumento de Weber (1992), pode-se dizer que o trabalho e o reconhecimento de seus frutos forjaram uma versão moderna e menos desigual do capitalismo e de seu espírito.

Como argumentou Polanyi,

the protection of man, nature, and productive organization amounted to an interference with markets for labour and land as well as for the medium of exchange, money, and thereby, ipso facto, impaired the self-regulation of the system. Since the purpose of the intervention was to rehabilitate the lives of men and their environment, to give them some security of status, intervention necessarily aimed at reducing the flexibility of the wages and the mobility of labour, giving stability to incomes, continuity to production, introducing public control of national resources, and the management of currencies in the order to avoid unsettling changes in the price level (Polanyi, 2001, p. 225).

O estudo de Polanyi antecipou ademais que a regulação pública do após guerra, restrita aos países desenvolvidos e com particularidades nacionais relevantes, foi produto de mudanças recorrentes das economias capitalistas que se iniciaram no

final do Século XIX, quando a instabilidade dos mercados exigiu maior presença do ente público em várias esferas da economia. Este autor mostrou a impossibilidade de um regime de auto-regulação da economia capitalista, seja em decorrência das reconhecidas imperfeições de mercado, seja devido, dentre outros fatores, à impossibilidade deste resolver certas necessidades para o funcionamento do capital, do trabalho e da própria sociedade. A complexidade da produção e da organização capitalistas passou a exigir, mesmo contra a vontade de certos segmentos da sociedade, a presença da esfera pública tanto como reguladora como empreendedora. Sua atuação não necessariamente se caracterizou pela ação exclusiva do Estado, apesar deste ter tido papel determinante e, em certos países, preponderante no processo. Formas de regulação públicas não estatais estiveram presentes no desenvolvimento capitalista deste o final do Século XIX. Analisando algumas experiências nacionais, Shonfield (1965) recuperou a construção desta institucionalidade ao longo da primeira metade do Século XX.

No que diz respeito a este ensaio, merece foco a emergência de certos setores de atividades econômica que tiveram a presença do Estado como determinantes para sua constituição e funcionamento, bem como tiveram implicações extensas sobre o padrão de bem-estar da população dos países desenvolvidos, sendo que alguns deles produziram bens ou serviços cujo acesso não se estabeleceu via mercado e nem com o auxílio da moeda. Isto é, bens e serviços não mercantilizados ou parcialmente mercantilizados, como a educação básica e a saúde. O acesso a estes bens e serviços plasmou a separação do nível de bem-estar dos indivíduos e das famílias do poder de compra associado à renda corrente auferida via mercado.⁴

Esta separação se estabeleceu de forma extremamente relevante na política social. Independentemente do serviço público de saúde ter ou não alguma contrapartida direta por parte dos usuários, ele teve seu risco distribuído por toda a sociedade de modo a desvincular o acesso ao atendimento da capacidade de remuneração dos indivíduos ou das famílias. Em estudo clássico sobre a política social, Marshall (1967) explorou o papel que ela teve para a elevação do bem-estar no capitalismo contemporâneo, indicando como este processo foi decisivo para a construção da condição de cidadania no capitalismo moderno.

O progressivo distanciamento do nível de bem-estar dos indivíduos e das famílias em relação à renda corrente foi tema explorado por Kuznets (1948b) na crítica à formulação de Hicks. Ela aborda a impossibilidade analisar os custos de fatores e mesmo o preço de mercado para a construção da renda social.

(4) A desassociação entre renda e bem-estar antecede o próprio capitalismo. A produção agrícola para próprio consumo é parte inerente da vida no campo desde tempos pregressos. O fato novo observado no Século XX foi o acesso a certos bens e serviços através de instituições do próprio sistema capitalista.

Novos elementos foram apresentados por Kuznets no ensaio clássico de 1955, quando o autor introduziu explicitamente o argumento do papel das instituições públicas (*government*) para o estado de desigualdade de um determinado país (Kuznets, 1955). O autor explicitou a noção de renda disponível, correspondente à renda monetária acrescida do resultado líquido das taxas e impostos. Ademais, ele apontou a necessidade de incorporar a discussão sobre desigualdade as transferências públicas ou o consumo não monetários (*income in kind*) e a renda propiciada pela posse de ativos monetários (*assets*), bem como a transferência de ativos não monetários entre gerações.

A ampla difusão do ensaio de 1955 esteve relacionada à proposição que o desenvolvimento se traduziria no estabelecimento de uma trajetória da desigualdade em formato de uma curva U invertida. Isto é, inicialmente o processo de desenvolvimento acentuaria os problemas de desigualdade, tendendo posteriormente a reduzi-los. Kuznets não considerou que este movimento pudesse ser produto natural do processo de desenvolvimento. Como explicitamente o autor afirma na conclusão, *for the study of economic growth of nations, it is imperative that we become more familiar with findings in those related social disciplines that can help us understand population growth patterns, the nature and forces in the technological change, the factor that determine the characteristics and trends political institutions, and patterns of behavior of human beings. Effective work in this field necessarily calls for a shift from market economics to political and social economy* (Kuznets, 1955: 28).

Em suma, o conceito de renda e a noção de desigualdade não poderiam ser reduzidas à dimensão monetária associada ao funcionamento dos mercados e nem desprovidas do papel exercido pelas instituições. A perspectiva proposta por Kuznets se distanciava significativamente daquela construída por Hicks, apesar deste autor ter propiciado argumentos que justificaram os critérios adotados pelos governos e instituições de estatística nacionais. Como apontado anteriormente, características da sociedade salarial do após guerra deram proeminência a renda de mercado ou a renda disponível, bem como tornaram razoavelmente universal o acesso não monetário a bens e serviços públicos. Deste modo, a renda de mercado ou a renda disponível acabaram sendo consideradas suficientes para dimensionar a desigualdade na sociedade capitalista.

Rendas de mercado e disponível e a desigualdade, um enfoque limitado já em sua origem

O percurso realizado evidencia que a análise da desigualdade construída com enfoque na renda de mercado ou corrente foi objeto de discussão minuciosa entre os economistas ao menos desde o final dos anos 30. O debate se estabeleceu tanto do ponto de vista quantitativo, relativo à capacidade do procedimento informar

adequadamente o nível de bem estar de uma família ou indivíduo, quanto qualitativo, frente à necessidade de se incorporar bens e serviços não monetários providos por instituições públicas.

Diversos estudos com o objetivo de contribuir para este debate foram produzidos, sendo que um conjunto importante deles foi apresentado na Conference on Research in Income and Wealth (CRIW), realizada anualmente nos Estados Unidos. Do ponto de vista deste ensaio, merece destaque os trabalhos da conferência de 1971 organizados e publicados por Moss (1973).

Logo no início da introdução do livro, Moss explicitava os termos do debate que se processava em torno do tema na passagem da década de 60 para a de 70. Segundo o autor,

Gross national product, the principal output of the accounts, was under attack both as a goal national effort and as a measuring Rod of economic performance. Some have deplored the pursuit of high in the GNP as a goal, asserting that it distorts national priorities, does not improve or may even worse the distribution of income, and irreparably damages the environment. Critics have asserted that countries with the highest level of GNP are not necessarily the ones with the highest expectancy, lowest crime rate, or cleanest air. Critics have charged that as a measuring rod GNP gives incorrect indications of changes in the welfare mainly because it fails to allow for the disamenities associated with industrial growth, particularly pollutions of air and water. Some have also argued that even apart from not serving as an adequate index of welfare, which it was not designed to do, GNP fails to serve as an accurate index of economic growth, in large part because it does not include appropriate measures of economic performance of households and governments (Moss, 1973, p. 1).

O livro focou quatro tópicos: novos termos para a medida de performance econômica e social, os setores de mercado e dos domicílios, o setor público e as implicações sociais e ambientais do crescimento econômico. Os ensaios deste livro tiveram importante repercussão, sendo que aquele escrito por Nordhaus e Tobin (1973) continua sendo uma referência importante para o debate atual sobre renda, bem-estar e desigualdade. E, também, a reflexão de Kuznets (1973) ao final do livro.

A relevância do ensaio de Nordhaus e Tobin se deveu à proposta dos autores de contestar, de um lado, a tese que minimizava a importância do crescimento para a condição de bem-estar da população e, por outro, de explorar a necessidade de analisar esta relação de forma mais complexa para além das relações e resultados estabelecidos no âmbito dos mercados fundados na troca monetária. Em termos gerais, pode-se dizer que os autores colocaram, talvez pela primeira vez, a importância de se discutir a complexidade dos fatores determinantes e a qualidade do crescimento para a condição de bem-estar e a redução da desigualdade em uma perspectiva mais ampla que aquela passível de ser construída a partir da renda propiciada pelos mercados.

A preocupação do ensaio é explicitamente apresentada pelos autores. *We have chosen to direct our attention to three important problems raised by those who question the desirability and possibility future growth: (a) how good are measures of output currently used for evaluating the growth of economic welfare? (b) does the growth process inevitability waste our natural resources? (c) how does the rate of population growth affect economic welfare? In particular, what would be the effect of zero population growth?* (Nordhaus; Tobin, 1973, p. 512). Das quatro indicadas, é a primeira que encontra referência com a preocupação deste ensaio, devendo-se ressaltar a inegável relevância das demais para a discussão da desigualdade.

O foco na primeira se deve ao fato dos autores explicitarem as dimensões da situação de bem-estar que lhes interessava, tornando evidentes os limites que o enfoque construído a partir das rendas de mercado ou disponível carrega. E, portanto, os autores organizaram pela primeira vez uma abordagem metodológica mais complexa para análise da desigualdade, que se traduziu inclusive na construção de um indicador de bem-estar. Será a partir desta perspectiva que vários trabalhos recentes abordam a desigualdade na sociedade capitalista, dentre eles os mencionados inicialmente neste ensaio.

O esforço dos autores se consolidou na construção de um indicador de bem-estar (*measure economic welfare* – MEW) que, como eles próprios afirmaram, *... attempt to allow for the more obvious discrepancies between GNP and economic welfare...Our MEW is largely a rearrangement of items of national accounts...Our adjustments to GNP fall into three general categories: reclassification of GNP expenditures as consumption. Investment, and intermediate; imputation for the services of consumer capital, for leisure, and for the product of household work; correction for some of disamenities of urbanization* (Nordhaus; Tobin, 1973, p. 512-13). O resultado obtido para o MEW foi próximo de duas vezes ao PIB per capita. Entretanto, quando analisado para o período 1929-1965, o indicador das contas nacionais cresce a frente daquele elaborado pelos autores, em grande medida devido aos custos negativos associados ao processo de urbanização.

É inegável que tal proposição foi e continua sendo objeto de grande controvérsia. Afinal, mesmo que carregue um enfoque metodológico reducionista, a construção das contas nacionais, segundo a orientação das Nações Unidas, apresenta um grau de objetividade e simplicidade impossível de se estabelecer em uma proposta que procure construir um conceito de renda mais amplo, que amplie significativamente os fatores não monetários a serem considerados. Para que tais fatores possam ser incorporados, é preciso imputar algum valor a cada um deles e, por conseqüência, responder as inevitáveis críticas que tal procedimento receberia.

É também incontestável, contudo, que a proposição revelou e revela os limites que os indicadores das contas nacionais carregam. Foram duas as principais inovações encaminhadas pelos autores.

A primeira apontava a necessidade de se incorporar o valor de alguns produtos que, como eles próprios dizem, são consumidos em natura. Os exemplos dados foram os produzidos pelo Estado, como segurança pública, manutenção de estradas ou defesa nacional. A sociedade consome estes serviços, mas eles não são computados pelas contas nacionais, por não ser objeto de transação monetária.

A segunda inovação apontou a necessidade de imputar valores para serviços de capital, lazer e trabalho não realizado para o mercado. Segundo as palavras dos próprios autores, *the omission of leisure and of nonmarket productive activity from measures of production conveys the impression that the economists are blindly materialists* (Nordhaus; Tobin, 1973).

Mesmo que em um plano analítico menos privilegiado, eles completavam afirmando a necessidade de se considerar os custos da urbanização e conglomeração produzidos pelo crescimento, causados, por exemplo, pela necessidade de trabalho, transporte e moradia para os grandes contingentes populacionais oriundos do campo. Introduziam, mesmo que ainda de modo pouco preciso, a necessidade de se considerar os custos ambientais no cálculo do produto e, portanto, na medida de bem-estar. Sendo que, neste caso, custos inter-geracionais necessitavam e necessitam serem admitidos.

As preocupações dos autores foram reiteradas em outros ensaios presentes no livro, que exploraram aspectos mais específicos do debate, sendo que elas foram reconhecidas por Kuznets (1973) em um conjunto de observações elaboradas a guisa de uma conclusão da obra. *It is with reference and constraint that the problems in the measurement of net product arrive, reflecting the limitations of current measure. These limitations should not be viewed as matter of intellectual wilfulness, but as results of deeply rooted measurement problem, and of the difficulty of agreement on underlying concepts and on assumed analytical relations* (Kuznets: 1973, p. 580). O ponto de vista do autor era mais amplo, indicando a necessidade de considerar a contribuição do estoque de bens duráveis nos domicílios, bem como os estoques de capital intangível como educação e outros bens que afetam positivamente o bem-estar, o de conhecimento e de capacidade tecnológica, ou o conhecimento social e das instituições a ele associadas.

Kuznets reconhecia a dificuldade de identificar uma lista de problemas sobre a forma de mensuração do produto e da renda que não incorresse em algum tipo de omissão. Contudo, argumentou que

the list suggest two reflections. The first is that the problems are numerous, and recalcitrant; and would require a variety of sustained experimental and imaginative

research before answers and measured are established. Second, in their character and recalcitrance, there are all questions of long standing in the national literature, belonging to the problems of inclusion or drawing the dividing line between economic and noneconomic, on the one hand, and productive and unproductive, on the other; of netness and grossness – of distinguishing between cost and returns, between intermediate and final products, and of valuation, i.e., of meaningful weighting system by which to combine the diverse costs and net economic products into acceptable and articulated totals. These are of groups of questions ...in somewhat different form and language, these questions were foci of repeated discussions in the economic literature going back now some two centuries, or longer (Kuznets, 1973, p. 583-84).

O autor apontava não somente a recorrência do debate sobre a mensuração do produto, e por consequência da renda, na literatura econômica, como a inegável importância de se ampliar o escopo teórico-metodológico prevalecente.

Um último argumento de Kuznets que merece ser recuperado, diz respeito à necessidade de compreender que uma visão mais abrangente de produto e renda é também resultado da crescente complexidade institucional que tem caracterizado o desenvolvimento capitalista. De acordo com suas palavras,

...the increasing complexity of economic structure resulting from economic growth, the large monopolistic scale of the productive units, and the necessity of controlling the continuous, incipient conflicts generated by structural shifts in the course of modern economic growth called for a greatly augmented governmental apparatus – for economic regulation, for responding to pressures for greater equality of economic opportunity, and later for greater economic society, and finally for assuring the international position of an economic society organized under a sovereign state in the age of intensified nationalism. The relevance of the resulting government output to the final goal of economic activity was brought sharply into question by the great rise not merely in the absolute, but in the proportional, magnitudes of resources devoted to government consumption in the rapidly growing developed countries (Kuznets, 1973, p. 585).

De outra forma, o autor retoma os argumentos de Polanyi (2001) e Marshall (1967), anteriormente mencionados, ao apontar a necessidade de compreender o crescimento como um processo que amplifica progressivamente a complexidade institucional do capitalismo, expressa tanto nas formas de produção de bens e serviços como naquelas referentes ao seu consumo. Ademais, que tal complexidade é fundamental para o crescimento e, portanto, para o desenvolvimento. Ao afirmar a pertinência deste processo para o bem-estar da sociedade capitalista, Kuznets também lembrou a necessidade de se mensurar os efeitos negativos por ele produzidos, como a poluição e a destruição da natureza.

Este recorrido da literatura econômica relativo ao debate sobre a mensuração do produto e da renda permite explicitar três questões relevantes para o objetivo deste ensaio. A primeira diz respeito à incontornável necessidade de se adotar um conceito de

renda mais amplo que aquele de mercado, estreitamente relacionado às relações de troca exclusivamente realizadas através da moeda. A segunda questão refere-se a impossibilidade de se considerar o conceito mais amplo de renda sem incorporar uma perspectiva histórica, que reconheça a crescente complexidade da sociedade capitalista. Que, ademais, se reflete em igual sentido nas formas de consumo de bens e serviços e suas implicações para o padrão de bem-estar e a desigualdade a ele associadas. E a terceira relaciona-se aos limites que o conceito de renda, mesmo ampliado, continua apresentando quando a preocupação se volta para as situações de bem-estar e de desigualdade, pois estas podem decorrer parcialmente dos resultados de bens instangíveis e não transacionáveis, como o capital humano potencial que os indivíduos podem constituir tendo educação de qualidade tanto nas escolas quanto no âmbito das famílias.

O fato relevante a ser enfrentado teórica e metodologicamente é a crescente complexidade institucional que o desenvolvimento capitalista carregou e carrega. Ela reduziu o papel do mercado de trabalho para a constituição da situação de bem-estar e do estado de desigualdade presente na sociedade, mesmo que a inserção produtiva e a renda dela decorrente continuem sendo a referência básica para a construção da sociabilidade e da cidadania.

Hoje, os indivíduos e famílias continuam dependentes do trabalho para viabilizar parte importante de seu padrão de consumo. Contudo, a renda auferida no mercado de trabalho é complementada por um conjunto de bens e serviços que são obtidos através de relações não mercantis. Ademais, bens e serviços intangíveis e não mercantis são preservados e retransmitidos no interior das famílias entre gerações. E, finalmente, uma parcela da sociedade preserva e repassa um estoque de bens (patrimônio) para a próxima geração, o qual gera renda no presente e permite igual processo no futuro, afetando a capacidade de consumo e de bem-estar das famílias e, por consequência, modificando positiva ou negativamente a situação de desigualdade.

Mesmo considerando-se que tais processos não sejam um especificidade da atual sociedade capitalista, é incontestável que eles ganharam complexidade e estabeleceram novas necessidades que dão historicidade à noção de bem-estar, bem como de desigualdade. A crescente importância do estado de bem-estar social, ao longo do Século XX, modificou recorrentemente as condições de vida da população. É impossível entender a desigualdade se o conjunto de bens e serviços propiciados pela proteção social não for devidamente incorporado.

Portanto, é fundamental que toda avaliação da situação de desigualdade em qualquer sociedade rompa o enfoque centrado na renda, mesmo que ele tenha um escopo mais amplo. Esta superação é necessária mesmo que esteja se discutindo a desigualdade de natureza econômica, pois esta tem raiz relevante mas não exclusiva na

renda monetária auferida pelos indivíduos e famílias. Como indicado, tais preocupações já se encontravam presentes no debate econômico ao menos desde os anos 30. Considerar tal perspectiva no presente exige, entretanto, uma ampliação do escopo metodológico em diferentes direções. No campo da produção e da renda, os últimos 30 anos foram marcados por uma diversificação das formas de apropriação e gestão de patrimônio com fortes implicações sobre a renda disponível. Em uma outra dimensão, a difusão ampla das tecnologias da informação se traduziu objetivamente no estabelecimento de novas formas de linguagem e conhecimento com um amplo potencial presente e futuro de influenciar sobre o bem-estar e a desigualdade socioeconômica.

A principal razão para buscar uma perspectiva mais ampla, que supere os marcos tradicionais adotados em economia para analisar a desigualdade socioeconômica foi muito bem explicitada por Juster (1973).

To identify and establish the quantitative significance of social and economic problems and priorities, policy makers need, among others types of information, a set or sets of accounts which describe the significant dimensions of the system for which they are responsible. Also, a system of comprehensive performance measures is clearly indispensable both for any evaluation of changes in policy and for analysis of policies alternatives (Juster, 1973, p. 27).

A ampliação do enfoque sobre desigualdade para além da renda

A necessidade de se ampliar o enfoque metodológico e analítico para conhecer mais adequadamente a situação de desigualdade sócioeconômica no estágio atual de desenvolvimento capitalista está reconhecida em vários documentos de instituições multilaterais de desenvolvimento, como os mencionados no início deste ensaio. Além disso, o tema tem sido objeto de amplo debate nos espaços nacionais, estando, muitas vezes, no centro das discussões dos processos eleitorais.

Graças ao esforço de instituições multilaterais e nacionais e de pesquisadores acadêmicos, uma diversidade ampla de proposições tem emergido nestes últimos anos. Com raras exceções, dentre elas o Brasil, observa-se uma tendência razoavelmente generalizada de aumento da desigualdade de renda, qualquer que seja o enfoque dado, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento nestas últimas décadas, como reconhecem explicitamente os documentos das instituições multilaterais.

Neste ensaio serão considerados alguns destes esforços, sendo que tal seleção, inevitável de ser realizada dada a ampla literatura disponível, foi feita segundo a capacidade de cada um influenciar e contribuir para o debate metodológico e analítico. Também, a seleção considerou a preocupação mais geral que permeia o próprio ensaio, orientada para a discussão de um enfoque multidimensional da desigualdade socioeconômica.

A adoção deste enfoque não implica no abandono da dimensão da desigualdade tradicionalmente considerada em economia, aquela centrada na renda monetária. Na perspectiva de abordagem multidimensional, a renda monetária é tomada como uma das dimensões, sendo que sua relevância para explicar a desigualdade está associada à matriz metodológica e a valoração que esta dedica a tal dimensão. Neste sentido, a análise aqui empreendida toma como ponto de partida alguns estudos que buscam ampliar o conceito de renda para além daquela de natureza monetária, sendo que posteriormente se considerará estudos que introduzam outras dimensões, já reconhecidas como relevantes por autores mencionados anteriormente.

O ponto de partida funda-se em dois documentos de instituições multilaterais de desenvolvimento. O resgate destes estudos se deve ao seu amplo potencial de influência tanto no âmbito das instituições e dos governos, como no acadêmico. São eles:

- Expert group on household income statistics, report and recommendations, documento elaborado por diversas instituições multilaterais (Canberra Group, 2001);
- Household income and expenditure statistics, relatório elaborado pela Conferência dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2003).

Ambos os documentos se centram na mensuração da renda dos domicílios, bem como aceitam o enfoque tradicional contruído a partir da formulação de Hicks, já comentada neste ensaio.

O documento elaborado pelo Canberra Group contou com a participação de instituições internacionais como a OECD, Banco Mundial e a OIT, bem como de diversas instituições nacionais de estatísticas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. A própria elaboração do documento revela a insatisfação atual das instituições internacionais e nacionais com as metodologias que orientam a produção das bases de dados sobre renda dos domicílios.

A contribuição deste documento volta-se principalmente para a necessidade de se contabilizar três formas de renda ainda pouco conhecidas no momento histórico presente. São elas: as transferências públicas em espécie, isto é em serviços diretos (*social transfer in-kind*, STIK); a renda implícita oriunda da propriedade do domicílio; e a renda de capital/patrimônio (*net worth*) e da produção de bens e serviços para próprio consumo. Ele propõe uma construção em dois estágios. A primeira se incorpora à definição de renda disponível (*disposable income*), entendida como a somatória da renda de mercado, a resultante das transferências monetárias (contribuição para a previdência social, plano de saúde pago pelo empregador e taxas e

impostos pagos) e as transferências em espécie – ver Anexo 1. Em seguida o documento sugere uma expansão do conceito de renda, que incorpora algumas formas de natureza mais pontual (patrimônio) ou a renda implícita da produção para consumo próprio.

A proposição do Canberra Group é influenciada, em grande medida, pelas preocupações principais que as discussões sobre renda colocaram nos últimos 60 anos. Isto é, que apontaram a necessidade de se conhecer as rendas não monetárias e a de patrimônio. De certo modo, a perspectiva proposta visa compatibilizar as formas de rendas associadas a uma institucionalidade mais complexa do capitalismo atual, exceto a renda oriunda da produção para próprio consumo. O enfoque é de natureza predominantemente econômica e, como veremos mais a frente, se adéqua ao marco metodológico estabelecido a partir da noção de renda de Hicks. Como o próprio documento reconhece, *such an approach implies that it is current economic well-being which is of interest. Components which contribute to future economic well-being include employer contributions to pension funds and other forms of social insurance, interest earned on retirement-based assets and capital gains* (Canberra Group, 2001, p. 12).

A leitura do documento indica que as propostas que ele carrega são orientadas para a construção de indicadores de bem-estar e de desigualdade. Apesar de complementares, estes dois temas não podem ser considerados como justapostos.

O primeiro tema tende, em geral, expressar tendência ou trajetória em termos de evolução média das condições econômica e sociais de vida de uma determinada população. Isto é, o aumento da renda média da população é normalmente tomado como uma *proxy* de uma melhora potencial do bem-estar da sociedade. Esta abordagem foi explorada em trabalhos clássicos, como os de Clark (1951) e Maddison (1995).

O outro tema volta-se para a análise da relação entre o aumento bem-estar e o grau de heterogeneidade das condições econômicas e sociais que ele carrega. Isto é, é possível que o maior bem-estar esteja associado a uma desigualdade socioeconômica expressiva, traduzida, por exemplo, na reprodução da situação de extrema pobreza para uma parcela considerável da população.

O documento do Canberra Group (2001) não responde a este desafio, tratando fundamentalmente de apresentar uma proposta metodológica que permita atender minimamente as insatisfações que as abordagens centradas na renda de monetária carregam.

O documento da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2003) trilha percurso semelhante. Segundo estatuto da Organização das Nações Unidas, o

ordenamento metodológico das estatísticas do trabalho é de responsabilidade da OIT. Cabe a esta instituição estabelecer orientações metodológicas para os levantamentos nacionais de emprego, desemprego e renda. É evidente que a delegação desta tarefa a instituição se deveu, em grande medida, à importância da renda do trabalho para explicar a evolução potencial da situação de bem-estar na primeira metade do Século XX, quando o estado de bem-estar social encontrava-se ainda pouco desenvolvido.

As proposições da OIT foram organizadas pela Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, que, em 2003, concluiu um documento com novas orientações para os levantamentos estatísticos nacionais de renda dos domicílios. Uma síntese destas proposições do documento encontra-se presente no Anexo 3.

A perspectiva por ele adotada é convergente com aquela encontrada no documento do Canberra Group (2001), como o próprio documento explicitamente reconhece (ILO, 2003, p. 8). Suas sugestões se voltam para a captação das rendas oriundas da produção para próprio consumo, de propriedade, de uso do domicílio de propriedade própria e das diversas formas de transferências públicas. Esta iniciativa da OIT amplia as orientações anteriormente estabelecidas no âmbito de suas atividades, nos anos de 1973 e 1998.

Apesar da sua convergência com o documento do Canberra Group, o documento da OIT é mais explícito quanto ao escopo de suas proposições. Um aspecto que deve ser ressaltado do documento é o modo claro de apresentação de sua posição metodológica.

De acordo com o texto, *three principles usually discussed in connection with the definition of income for a specified reference period are: (1) receipts should be expected to recur regularly to be considered as “income”; (2) to be considered as “income”, receipts should contribute to current economic well-being; (3) receipts arising from a reduction in net worth should be excluded from the concept of income* (ILO, 2003:8). Ademais, o conceito de renda *is defined as the sum of consumption expenditure and change in net worth in a period* (ILO, 2003:9), seguindo a perspectiva estabelecida por Hicks (ILO, 2003, p. 9).

O documento da OIT se enquadra totalmente nos marcos metodológicos encontrados tanto em documentos produzidos anteriormente pela própria instituição para a mensuração da condição de trabalho e de renda (ILO 1998), como pelos elaborados pela ONU e outras instituições multilaterais para a contabilidade das contas nacionais (SNA, 1993). Ele busca preservar, em grande medida, o conceito de renda de natureza monetária. A exceção feita, pelo documento em relação a este critério, é a necessidade de mensuração das rendas implícitas da produção para próprio consumo e da propriedade própria do imóvel de residência.

Se do ponto de vista metodológico, o documento da OIT preserva as orientações mais convencionais sobre o conceito de renda, ele apresenta a vantagem de explicitar as formas que considera como relevantes.

Segundo o documento,

in the system proposed..., an important consideration is that it should be possible to separately identify income arising out of employment-related activity within the larger component of income from productive activity. Income is thus defined in terms of a broad grouping of sources of income as follows: (1) income from employment comprises receipts from involvement in economic activities, strictly in an employment-related capacity as defined in the ICLS resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment (ILO, 2000). It consists of employee income (e.g. wages) and self-employment income (return to labour); (2) property income from ownership of financial and other assets, e.g. interest payments; (3) income from household production of services for own consumption, e.g. services of owner-occupied housing, household production of domestic services for own consumption; (4) transfers received in cash and goods from government (e.g. pensions), other households (e.g. alimony, parental support) and non-profit institutions serving households (NPISH) (e.g. scholarships, strike pay); (5) transfers received as services, e.g. social transfers in kind (STIK), care services from other households. Income as defined is total or gross income before any deductions, compulsory or otherwise. For most micro-analysts, the most relevant concept is in fact disposable income... (ILO, 2003, p. 12).

A proposição da OIT considera relevante o conceito de renda total ou bruta para a análise de natureza macro e o de renda disponível – excluídos os impostos, as taxas e as contribuições sociais – em um enfoque micro. O documento é suficientemente explícito sobre o que considera relevante em termos de mensuração da renda para análise do bem-estar e da desigualdade, como é claro em relação à sua compatibilidade com as orientações do documento do Canberra Group.

E, como última observação, ele não faz qualquer menção à possibilidade de se analisar a capacidade de renda e consumo real e potencial dos domicílios para além dos marcos convencionalmente adotados, que são reconhecidamente aqueles propostos por Hicks. Percebe-se, deste modo, que tanto o documento da OIT quanto aquele de Canberra Group atualizam o conceito de renda que consideram relevante para mensurar o bem-estar das famílias, desde que o marco proposto por Hicks não seja colocado em questão. Neste sentido, ambos os documentos desconsideram tanto os problemas de mensuração da renda apontados na literatura resenhada anteriormente, como a necessidade de incorporar os bens e serviços de natureza não monetária e mesmo minimamente tangíveis.

Neste sentido, os documentos da OIT e do Canberra Group são insuficientes para responder as questões colocadas pelos próprios estudos das instituições

multilaterais de desenvolvimento, quanto à premência de ampliar o campo analítico e metodológico da análise sobre bem-estar e desigualdade. As tentativas de resposta a esta indagação não aparecem nos documentos destas instituições, mas nos esforços que pesquisadores ou instituições nacionais realizam frente a necessidade de ter um conhecimento adequado sobre o bem-estar e a desigualdade de seus povos, fundamental para instruir adequadamente as políticas públicas em um contexto em que o crescimento é acompanhado pelo agravamento da situação social.

Uma perspectiva que busca ampliar o enfoque sobre o bem-estar e a desigualdade tem sido desenvolvida pelo Levy Economics Institute of Bard College dos Estados Unidos. Ela mantém o foco na renda monetária, mas incorpora transferências não monetárias e também procura avaliar a importância da renda associada ao estoque de riqueza (*net worth*), com a preocupação de expressar melhor a complexidade das formas de rendimentos no capitalismo atual. Duas são as inovações adotadas: (1) renda da posse de ativos financeiros e de propriedades que não sejam para uso próprio, (2) as transferências não monetárias governamentais e (3) o consumo de bens públicos. A proposta metodológica encontra-se centrada na construção de um índice, o Levy Institute Measure of Economic Well-Being – LIMEW.

De acordo com documento produzido recentemente pela instituição,

there are three key motivations behind constructing LIMEW. First, trends in well-being are sensitive to how we choose to measure well-being. A broader measure of well-being might be a better guide to actual trends in the standard of living. Second, another motivation behind developing the LIMEW is to study disparities among key demographic groups. By focusing only on money income, we might end up with a partial picture of the relative advantage of one particular group over another. Third, LIMEW provides a more comprehensive measure of economic inequality. As one might expect, household production and public consumption are distributed much more equally than earnings among households. On the other hand, inequality in wealth is generally much higher than that of income or earnings. LIMEW allows us to estimate the net effect of including both components (Wolff et al., 2009).

A metodologia proposta pelo LIMEW descarta um dos pressupostos adotados tanto pelo Canberra Group como pela OIT: a restrição de Hicks quanto à estabilidade da riqueza para a determinação da renda. Como um dos autores do documento afirma em outro ensaio, Hicks adota uma racionalidade onde a renda e os preços esperados (*ex-ante*) são idênticos à renda e aos preços realizados (*ex-post*), de tal modo que seria possível conhecer tanto a evolução dos preços dos ativos quanto a renda auferida, compatível com a estabilidade do estoque (Zacharias, 2002).

Segundo Keynes, isto não seria possível. Mesmo adotando a hipótese bastante restritiva de condições técnicas dadas no período de produção, Keynes afirmava que os empresários podem decidir quanto produzir e ter uma expectativa de preço de venda.

Mas não podem definir este preço e nem a receita global. Ambos são somente conhecidos com a venda realizada e considerando os estoques existentes (Keynes, 1973, p. 179-183). Portanto, a receita somente pode ser conhecida *ex-post*. Isto vale tanto para os empresários como para as famílias.

Neste sentido, o LIMEW amplia o conceito para além daquele de renda disponível (*disposable income*) considerado como o limite possível de flexibilidade metodológica pelo Canberra Group e a OIT. A perspectiva procura conhecer o poder efetivo de renda dos indivíduos e das famílias, entendendo que aquele oriundo da posse de ativos financeiros, por exemplo, se constitui em um diferencial importante para a diferenciação das condições de bem-estar da população. Ao invés de considerar o estoque de riqueza (*net worth*) como tendo um efeito residual sobre a desigualdade, entende que ele joga papel relevante neste processo.

Tal preocupação é fundamental se consideradas as transformações no capitalismo nestes últimos 30 anos, considerando a corrosão da sociedade salarial. O processo de formação das rendas, como já apontado anteriormente, se tornou mais complexo, tanto no que se refere àquela auferida através do trabalho, como no que diz respeito à resultante da posse da diversidade de ativos.

A preocupação de Eisner (1989) sobre como medir a renda específica de um indivíduo que usa seu próprio carro para trabalhar daquele que utiliza um carro de propriedade da empresa é um dos aspectos a se considerar dentre muitos outros. A dificuldade do conceito de renda monetária corrente é tal que estudos reconhecem ser respeitável a sub-declaração de rendimentos em pesquisas de origem domiciliar (Weinberg, 2004, 2006; Pikketi, 2001), sendo que o problema decorre, ao menos parcialmente, da complexidade das formas de rendimentos auferidos pelos indivíduos e famílias. Um grande esforço tem sido realizado para avaliar o impacto da posse de ativos sobre a capacidade de gasto dos indivíduos e famílias.

Segundo estudo detalhado sobre o patrimônio das famílias,

some of the most striking effects are the broadening of the stockholder base, the growth in mutual fund participation, the increasing importance of private pension funds, and the enthusiastic employee response to retirement accounts (such as 401(k) accounts in the United States). On the liability side, there has been fast growth in credit card use and in consumer indebtedness, debt often coexisting with asset holdings offering lower rates of return than loan rates (Guiso et al., 2002, p. 1).

A difusão da gestão de ativos no âmbito das famílias, como discutem Guiso et al. (2001), se traduz ademais em uma distribuição muito desigual dos mesmos entre famílias segundo estratos de renda.

As famílias de menor renda tem muitas vezes patrimônio líquido negativo. Quando positivos, ele tem a função de dar alguma proteção em relação à algum risco

futuro ou está fortemente concentrado na propriedade da residência para próprio uso. A existência de patrimônio não é fonte suplementar de renda e nem tem a capacidade de produzir um processo de acumulação de riqueza (Anexo 5).

A situação das famílias de alta renda apresenta características contrárias. A gestão do patrimônio visa a acumulação de riqueza e extrapola a necessidade de proteção em relação a algum risco futuro, sendo fonte relevante de geração adicional de capacidade de gasto.

Portanto, a posse de patrimônio joga um papel diferente segundo a renda das famílias, seja em termos de proteção, seja em termos de acumulação e geração de renda adicional. A distribuição desigual da riqueza em alguns países desenvolvidos é expressa pela elevada participação dos estratos superiores, cabendo ao último décil ao redor de 50% do estoque, e um índice de concentração (Gini) igual ou superior a 0,60, evidencia o potencial que a posse de ativos apresenta para a dinâmica da desigualdade.

É preciso considerar o papel da riqueza (*net worth*) em termos dinâmicos, em razão seja dela permitir às famílias de maior renda a capacidade de ampliar no presente o capital humano de seus filhos em termos de educação, cultura e acesso à tecnologia da informação, como ademais por ela reiterar inter-gerações tal potencial devido à transmissão dos ativos para filhos e mesmo netos.

A importância da riqueza para a dinâmica da desigualdade foi objeto de importante reflexão no início do Século passado. Tawney (1995) e Webb e Webb (1995), professores da London School of Economics, elaboraram ensaios relevantes sobre a situação inglesa, mostrando que a posse de riqueza no capitalismo monopolista era fator determinante do estado de desigualdade da sociedade inglesa. Os trabalhos realizados na LSE acabaram por influenciar o Plano Beveridge, que deu origem naquele país ao estado de bem-estar e que foi fundamental para reduzir significativamente a grave situação de desigualdade prevalecente na Inglaterra no período após-guerra.

Ao introduzir a questão da riqueza, considerada aqui como posse de ativos com capacidade de gerar acumulação de patrimônio e ampliação da renda e do gasto das famílias, explicitam-se os limites do enfoque centrado nas formas de renda estáveis como sugerido pela OIT e o Canberra Group, bem como das implicações que sua dinâmica tem em produzir fontes potenciais de desigualdade, como sugerido anteriormente. Fontes que podem não ser traduzidas em maior nível de renda no presente, mas que o podem influenciar no futuro. Por exemplo, a possibilidade de investimento em educação e em acesso às diversas formas de conhecimento e cultura, como de línguas estrangeiras dado pelas famílias de média e alta rendas, são fontes potenciais de reprodução futura da desigualdade, mas podem não influenciar sua situação no presente.

Neste sentido, ampliar as perspectivas metodológicas e analíticas sobre a desigualdade exige que se extrapole a discussão sobre renda e mesmo de riqueza. Indicadores de acesso a bens públicos tendem ser relevantes para compreender a desigualdade.

Esta orientação tem sido proposta por Osberg e Sharpe (2002), que consideram necessário tratar da desigualdade de maneira multidimensional. Os autores sugerem quatro componentes:

(a) effective per capita consumption flows, including consumption of marketed goods and services; government services; effective per capita flows of household production; leisure; and changes in life span; (b) net societal accumulation of stocks of productive resources, including net accumulation of tangible capital; housing stocks; net changes in the value of natural resources stocks; environmental costs; net changes in the level of foreign indebtedness; accumulation of human capital; and the stock of R&D investment; (c) Income distribution, including the intensity of poverty (incidence and depth) and the inequality of income; e (d) Economic security from job loss and unemployment, illness, family breakup, and poverty in old age (Osberg; Sharpem, 2002).

A proposta dos autores retoma a perspectiva que haviam trabalhado Nordhauss e Tobin (1973) e as sugestões feitas por Kuznets (1973), que foram já exploradas anteriormente. Ela rompe com a tradição de focar a discussão, tanto de bem-estar como de desigualdade, na renda, bem como procura construir indicadores de natureza dinâmica. Isto é, com potencial de afetar a tendência futura da desigualdade. Pode-se afirmar que os autores explicitam a necessidade de se discutir os elementos cumulativos da desigualdade, isto é, que relacionem a situação presente à futura, recolocando também a importância de uma abordagem multidimensional. E, por consequência, as características institucionais que organizam o capitalismo neste início de Século, que tendem ser expressas pelos próprios indicadores.

Esta linha de abordagem não refuta a renda como uma dimensão importante para a caracterização da situação atual de desigualdade. Ela reconhece a renda de mercado e aquela oriunda da posse de ativos como dimensões relevantes. A contribuição que ela aporta volta-se para entender as diversas formas de renda monetária como uma ou umas das dimensões do problema, havendo necessidade de construir outras dimensões de natureza não monetária, como o acesso aos bens públicos e a tecnologia da informação ou à exposição ao desemprego.

Observações finais

Este ensaio teve objetivo de organizar um painel sobre alguns esforços metodológicos e analíticos sobre desigualdade com a preocupação de contribuir para o entendimento das razões do aumento recente da desigualdade como um movimento comum no capitalismo atual. Ademais, ele visou estruturar argumentos e proposições

com o propósito de explicitar a premência de construir uma abordagem de natureza multidimensional, necessários para as estratégias de políticas públicas de combate a desigualdade.

O ponto de partida foi o reconhecimento do problema da desigualdade pelas instituições multilaterais, cujos estudos argumentam pela necessidade de uma abordagem mais ampla sobre o problema. Com base nesta preocupação, foi recuperado um conjunto de esforços realizados ao menos desde os anos 30 do Século passado, que problematizaram as dificuldades de tratar do tema a partir da renda monetária corrente e que sugeriram um escopo analítico mais amplo. Esta perspectiva acabou não prevalecendo, tendo os estudos se restringido à renda monetária corrente. O fortalecimento da sociedade salarial e da regulação pública deu ampla representatividade a esta abordagem da desigualdade, em razão da importância crescente da renda do trabalho no PIB em um contexto de pleno emprego.

O fim da era de crescimento do capitalismo no final dos anos 70 trouxe consigo um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e tecnológicas que vieram reordenando o tecido econômico e as relações sociais existentes, com recorrente reestruturação das instituições de toda natureza e das políticas públicas. O recuo da renda do trabalho no PIB, a fragmentação da relação e do contrato de trabalho, a ampliação das políticas públicas, o processo complexo de financeirização da riqueza, as novas tecnologias, dentre outros, modificaram fortemente os determinantes da desigualdade, tornando menos abrangente a capacidade explicativa da renda monetária corrente para a evolução da desigualdade.

A diversidade e complexidade das transformações acabou por atenuar a capacidade explicativa da desigualdade pela renda monetária corrente. Tanto outras formas de renda como outros bens e serviços não monetários devem ser considerados para entendimento do problema no capitalismo atual.

As instituições multilaterais reconhecem, por um lado, a maior complexidade da desigualdade hoje no mundo, mas por outro reiteram a perspectiva de focar o problema na renda de acordo com a visão proposta por Hicks. Esta tensão não pode ser superada mantendo a atual orientação metodológica que elas adotam.

Extra instituições multilaterais, esforços importantes têm sido realizados com o objetivo de responder sobre qual desigualdade falamos. A resposta a esta pergunta passa pela construção de uma visão multidimensional que considere a renda monetária corrente, mas que leve em conta tanto as outras formas monetárias de renda como o acesso a bens e serviços não monetários. E que assuma algum tipo de enfoque dinâmico da desigualdade.

Uma parte deste trajeto de construção de uma nova metodologia e do enfoque sobre desigualdade pode contar com a ampla e rica literatura existente. Porém, um esforço razoável necessita ser realizado na elaboração de uma abordagem multidimensional.

Apesar do considerável desafio que tal tarefa coloca, pode-se dizer que uma questão está clara. A desigualdade que procuramos conhecer é muito mais ampla e complexa que aquela que o enfoque na renda pode nos oferecer.

Referências bibliográficas

CANBERRA GROUP (2001). *Expert Group on Household Income Statistic*. Final Report and Recommendations. Ottawa: The Canberra Group.

CLARK, C. (1951). *The conditions of economic progress*. London: Macmillan.

EISNER, R. (1989). Divergences of measurement and theory and some implications for economic policy. *The American Economic Review*, New York, American Economic Association, v. 79, n. 1.

GUIISO, L.; HALIASSOS, M.; JAPPELLI, T. (2002). Introduction. In: GUIISO, L.; HALIASSOS, M.; JAPPELLI, T. *Household portfólios*. Cambridge: The MIT Press.

HAIG, R. M. (1921). The concept of income-economic and legal aspects. In: HAIG, R. M. *The federal income tax*. New York: Columbia University Press.

HICKS, J. R. (1939). *Value and capital*. Oxford: Clarendon Press.

HICKS, J. R. (1940). The valuation of the social income. *Economica*, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 7, n. 26, May.

HICKS, J. R. (1948). The valuation of the social income-a comment on Professor Kuznets' reflections. *Economica*, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 15, n. 59, Aug.

ILO – International Labour Organization, (2003). *Household income and expenditure Statistics*. Seventeenth International Conference of Labour Statisticians. Geneva: International Labour Organization.

ILO – International Labour Organization (1998). *Measurement of income from employment*, Report II. Sixteenth International Conference of Labour Statisticians. Geneva: International Labour Organization.

JUSTER, T. (1973). A framework for the measurement of economic and social performance. In: MOSS, M. *The measurement of economic and social performance*. New York: National Bureau of Economics Research/Columbia University Press.

KEYNES, J. M. (1973). Ex-post and ex-ante. In: MOGGRIDGE, D. D. *The collected writings of John Maynard Keynes*, v. XIV (The General Theory and After). London: Macmillan.

- KUZNETS, S (1948a). On the valuation of social income-reflections on Professor Hicks – Part I. *Economica*, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 15, n. 57, Feb.
- KUZNETS, S. (1948b). On the valuation of social income-reflections on Professor Hicks – Part II. *Economica*, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science.v. 15, n. 58, May.
- KUZNETS, S. (1955). The economics growth and income inequality. *The American Economic Review*, New York, American Economic Association, v. 45, n. 1, Mar.
- KUZNETS, S. (1973). Remarks. In: MOSS, M. *The measurement of economic and social performance*. New York: National Bureau of Economics Research/Columbia University Press.
- MADDISON, A. (1995). *Monitoring the world economy 1820-1992*. Paris: OECD.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Social policy in the twentieth century*. London: Hutchinson.
- MOSS, M. (1973). *The measurement of economic and social performance*. New York: National Bureau of Economics Research/Columbia University Press.
- NORDHAUS, W. D.; TOBIN, J. (1973). Is growth obsolete? In: MOSS, M. *The measurement of economic and social performance*. New York: National Bureau of Economics Research/Columbia University Press.
- MUSGRAVE, R. A. (1985). A brief history of fiscal doctrine. In: AUERBACH, Alan J.; FELDSTEIN, Martin. *Handbook of public economics*. New York: North-Holland.
- OSBERG, L.; SHARPE, A. (2002). An index of economic well-being for select OECD countries. *Review of Income and Wealth*, Ontario, International Association for Research in Income and Wealth/Blackwell Publishing, v. 48, n. 3.
- PIKKETI, T. (2001). *Les hauts revenus en France au XXe Siècle*. Paris: Grasset.
- POLANYI, K. (2001). *The great transformation, the political and economics origins o four time*. Boston: Beacon Press.
- SNA – System National Accounts (1993). *System of national accounts*. Brussels, Luxembourg, New York, Paris, Washington, DC.: Eurostat, IMF, OECD, United Nations and World Bank.
- SHONFIELD, A. (1965). *Modern capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- SIMONS, H. C. (1938). *Personal income taxation: the definition of income as a problem of fiscal policy*. Chicago: Chicago University Press.
- TAWNEY, R. H. (1995). The religion of inequality. In: DESAI, M. *LSE on equality*. London: London School of Economics.
- WEBB, S.; WEBB, B. (1995). Inequality of income and inequality of personal freedom. In: DESAI, M. *LSE on equality*. London: London School of Economics.
- WEBER, M. (1992). *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. London: Routledge.
- WEINBERG, D. H. (2004). *Income data quality issues in the Annual Social and Economic Supplement to the Current Population Survey*. Washington, DC: US Census Bureau.

WEINBERG, D. H. (2006). Income data quality issues in the CPS. *Monthly Labor Review*, Washington, DC, Bureau of Labor Statistics. Jun.

WOLFF, E.; ZACHARIAS, A.; MASTERSON, T. (2009). *Long-term trends in the Levy Institute of Measurement of Economic Well-being (LIMEW), United States, 1959-2004*. Annandale-on-Hudson: The Levy Economics Institute. (Working Paper, 556).

ZACHARIAS, A. (2002). *A note on the Hicksian concept of income*. Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute. (Levy Institute of Bard College Working Paper, 342).

Anexos

Anexo 1

Definitions of income

The Canberra Group

3 Rentals

3.1 Income less expenses from rentals, except rent of land

4 Property income

4.1 Interest received less interest paid

4.2 Dividends

4.3 Rent from land

5 Current transfers received

5.1 Social insurance benefits from employers' schemes

5.2 Social insurance benefits in cash from government schemes

5.3 Universal social assistance benefits in cash from government

5.4 Means-tested social assistance benefits in cash from government

5.5 Regular inter-household cash transfers received

5.6 Regular support received from non-profit making institutions such as charities

6 Total income (sum of 1 to 5)

7 Current transfers paid

7.1 Employers' social insurance contributions

7.2 Employees' social insurance contributions

7.3 Taxes on income

7.4 Regular taxes on wealth

7.5 Regular inter-household cash transfers

7.6 Regular cash transfers to charities

8 Disposable income (6 less 7)

9 Social transfers in kind (STIK) received

10 Adjusted disposable income (8 plus 9)

Source: Canberra Group (2001) Expert Group on Household Income Statistics, Ottawa: Canberra Group.

Desigualdade, mas de qual falamos?

Anexo 2

Extension of definition of income to consumption and accumulation

The Canberra Group

11 Household consumption expenditure (incl. consumption in kind except STIK)

- 11.1 Unreimbursed unavoidable work related expenses (travel, childcare, etc), excluding indirect taxes
- 11.2 Indirect taxes on work related expenses (travel, childcare, etc)
- 11.3 Housing consumption expenditure (actual rent, housing subsidies, imputed rent of owner-occupiers (equals 2.5)), excluding indirect taxes
- 11.4 Indirect taxes on housing consumption expenditure
- 11.5 Other household consumption expenditure, excluding indirect taxes
- 11.6 Indirect taxes on other household consumption expenditure
- 11.7 Goods and services provided to employee as part of employment package (equals 1.7)
- 11.8 Goods received through bartering (equals 2.3)
- 11.9 Goods produced for home consumption, less cost of inputs (equals 2.4)

12 Irregular transfers of expenditure in cash and in kind

- 12.1 Irregular cash transfers and in-kind gifts received from other households and charities less those given
- 12.2 Lottery and gambling stakes less winnings
- 12.3 Non-life insurance premiums less claims

13 Total consumption expenditure (11 plus 12)

14 Social transfers in kind received (equals 9)

15 Household actual consumption (13 plus 14)

16 Household saving (10 less 15)

17 Capital transfers received

- 17.1 Inheritances
- 17.2 Lump sum retirement payouts
- 17.3 Life insurance claims less premiums
- 17.4 Other windfall gains

18 Capital transfers paid

- 18.1 Tax on inheritances
- 18.2 Periodic taxes on wealth (including taxes on holding gains and losses)

19 Net accumulation of capital (16 plus 17 less 18)

20 Memo item: Holding gains and losses

Source: Canberra Group (2001) Expert Group on Household Income Statistics, Ottawa: Canberra Group.

Anexo 3

Componentes of household income and relationship to International Conference of Labor Statistics (ICLS) income-related resolutions

International Labour Organization

	Components	Income aggregates	Resolution
	Direct wages and salaries for normal time worked or work done (a) Overtime payments Remuneration for time not worked Regular cash bonuses and gratuities, including year-end and seasonal bonuses, allowances, premiums, etc.) Profit-sharing bonuses Estimated payments in kind	Gross cash earnings Payments-in-kind (Individuals)	WS (1973)
+	Commissions and tips (a) Fees paid to directors of incorporated enterprises (a) Severance and termination pay (a) Profit or loss from own unincorporated enterprise (b) Employment-related pensions and benefits from government sponsored social insurance schemes; pensions and benefits from employer-sponsored social insurance schemes (c)	Income from paid employment Income from self-employment Gross and net of taxes (Individuals)	ERI (1998)
+	Imputed value of own-produced goods and goods for barter less cost of inputs (b) Pensions and benefits from government social insurance schemes not related to employment (c) Social assistance benefits Transfers from NPISHs and other households in cash and goods Property income (d) Estimated value of owner-occupied dwelling (e)	Income from production Property income Primary income Total income (Individuals and households)	HIES (2003)

Source: Household income and expenditure statistics, Seventeenth International Conference of Labor Statistics (ICLS), International Labour Organization, Doc ICLS/17/2-3/2, Geneva: ILO.

Notes: (a) Employee income; (b) Income from self employment; (c) Transfers received; (d) Property; (e) Income from own production of services for own consumption.

WS: 12th ICLS resolution concerning an integrated system of wages statistics.

ERI: 16th ICLS resolution concerning the measurement of employment-related income.

HIES: Proposed guidelines concerning household income and expenditure statistics.

Desigualdade, mas de qual falamos?

Anexo 4

The Levy Institute Measurement of Economic Well-Being (LIMEW) and the Extended Income (EI)

Levy Institute Measured of Economic Well-Being (LIMEW)	Extended Income (EI)
Money income (MI)	Money income (MI)
- Property income and government cash transfers	- Property income and government cash transfers
Base money income	Base money income
+ Plus Income from wealth	+ Income from wealth
Annuity from non-home wealth	Property income and realized capital gains (losses)
Imputed rent on owner-occupied housing	Imputed return on home equity
- Taxes	- Less Taxes
Income taxes1	Income taxes
Payroll taxes1	Payroll taxes
Property taxes1	Property taxes
+ Cash transfers1	+ Plus Cash transfers
+ Noncash transfers1, 2	+ Plus Noncash transfers
+ Public consumption	
+ Household production	
LIMEW	EI

Source: E.Wolf, A.Zacharias, T.Masterson (2009) Long-term trends in the levy institute of measurement of economic well-being

(LIMEW), United States, 1959-2004, Working Paper 556, Annandale-on-Hudson: The Levy Economics Institute.

Anexo 5

Distribution of household net worth

	Canada	Finland	Germany (1)	Italy	Norway (2)	Sweden	United Kingdom	United States	United States
	SFS 1999	HWS 1998	SOEP 2002	SHIW 2002	IDS 2002	HINK 2002	BHPS 2000	PSID 2001	SCF 2001
Net worth situation (%)									
Positive net worth	77	83	63	89	-	68	82	77	77
Nil net worth	3	2	29	7	-	5	6	8	4
Negative net worth	20	15	9	3	-	27	11	16	19
Quantile/median ratios									
10 th percentile	-17	-6	0	0	-	-84	0	-11	-15
25 th percentile	0	1	0	8	-	-1	2	0	0
75 th percentile	350	218	886	209	-	447	238	378	368
90 th percentile	708	390	1818	359	-	972	482	925	980
Wealth Share									
Top 10%	53	45	55	42	-	58	45	64	71
Top 5%	37	31	38	29	-	41	30	49	58
Top 1%	15	13	16	11	-	18	10	25	33
Inequality Index									
Gini Index (x100)	0,75	0,68	0,80	0,61	-	0,89	0,66	0,81	0,84

Source: LWS database. Apud M.Jantti, E. Sieminska, T. Smeeding (2008) The joint of household income and wealth: evidence from Luxembourg Wealth Study, OECD Social Employment and Migration Working Papers, 65, Paris: OECD.

Notes: Household weights are used. (1) Figures not reported because over 60 per cent of values for net worth are missing. (2) Most of financial assets and non-housing debt are recorded only for values exceeding 2,500 euros. (3) Figures not reported because valuing real estate on a taxable basis and debt at market prices causes a major inconsistency (indeed, the majority of households have negative net worth).